

AVALIAÇÃO EM REDES SOCIAIS: UM ESTUDO DA REDE DE BIBLIOTECAS COMUNITÁRIAS RELEITURA.

Dra. BOTLER, Alice. UFPE/ Brasil. alicebotler@gmail.com

SANTANA, Gabriel. UFPE/Brasil. gabrieldesantana@gmail.com

Resumo

O artigo analisa a *avaliação em redes sociais* com foco em bibliotecas comunitárias que agem em rede, sob perspectiva da gestão da avaliação, em que consideram suas individualidades e o sistema de relações como potencial de controle social, ou seja, *redes político-pedagógicas*. O estudo de caso examina a REleitura, conjunto de bibliotecas comunitárias associadas em rede, caracterizada como comunidade de aprendizagem, e nos leva a concluir que um dos aspectos fundamentais da avaliação é o reconhecimento, pautado na formação política dos sujeitos, uma vez que os mobiliza a participar ativamente dos processos de controle social.

Palavras Chave: Avaliação em rede; biblioteca comunitária; controle social.

Introdução

Este artigo apresenta uma reflexão acerca das implicações que o conceito de redes sociais traz para a discussão da avaliação da gestão de espaços de leitura. Para tanto, analisa a experiência de avaliação da REleitura¹, conjunto de bibliotecas comunitárias que *atuam em rede* cujo objetivo comum é democratizar o acesso à informação e contribuir para a formação de leitores e exercer o controle social sobre as políticas públicas de leitura em Pernambuco.

A REleitura originou-se de um esforço de ressignificação da função social das bibliotecas percebidas como centros culturais, e coloca em questão a função cultural das bibliotecas e a importância da democratização do acesso a estes centros na qualificação das ações do sujeito:

É uma espécie de ação permanente que propõe a revisão contínua do pensamento. Nesse sentido não há como separar os conceitos de

¹ Dez bibliotecas comunitárias que atuam articuladamente em prol da contribuição para a formação de leitores e no controle social sobre a política pública de leitura, especialmente nas cidades de Olinda, Recife, Jaboatão e Abreu e Lima.

bibliotecas públicas e de centros culturais; ao contrário, juntam-se. Não existe uma linha divisória entre a informação e a ação cultural que se estabeleça pela arquitetura do prédio e pelos seus móveis: há uma continuidade entre o conhecer/pensar/criar um novo conhecimento. (MILANESI, 2003, p213).

A *Rede de Bibliotecas Comunitárias* (Releitura), iniciou com quatro bibliotecas comunitárias que sentiram necessidade de intercâmbio sobre questões como: gestão, organização do acervo, práticas de mediação de leitura, organização do espaço de leitura, sustentabilidade política e financeira, com objetivo de construir um país *mais leitor* junto com diversos parceiros. Paulatinamente, foram agregando outras bibliotecas e ampliando o coletivo formado por bibliotecas nascidas no seio de comunidades populares por moradores das próprias comunidades, que tomam para si a responsabilidade de criar possibilidades de acesso à informação e ao conhecimento (CASTRILLÓN, 2010). Estas, a nosso ver, são espaços vivos, criados com o sentimento de transformação social, de criação e reinvenção da vida, ou como *redes políticas*.

Desde 2007, a REleitura vem se apresentando como uma alternativa de organização e articulação entre as bibliotecas comunitárias, visando seu fortalecimento político e pedagógico e também dos sujeitos diretamente envolvidos – Coordenadores e Mediadores de Leitura. O interesse em investigar essa experiência à luz da relação entre as concepções de *avaliação de gestão* e *avaliação em redes sociais* na perspectiva do seu aprimoramento e de contribuir na formação profissional.

Esta discussão faz sentido num contexto em que as políticas públicas utilizam como estratégia fundamental o argumento do controle social via informações oferecidas por sistemas de avaliação e, particularmente, a avaliação em larga escala. Esta, vem tomando vulto especialmente a partir dos anos 1990 como forma de prover a sociedade com informações necessárias ao devido acompanhamento e controle dos resultados da ação pública.

Anuncia-se, desta forma, uma perspectiva de análise quantitativa de resultados da ação política em todos os âmbitos de atuação social, que toma a ideia de bem social enquanto produto, secundarizando aspectos fundantes dos processos numa abordagem gerencialista. Aliado ao aspecto administrativo dos sistemas, a distribuição de recursos corrobora a diferenciação escalonada entre instituições, fomentando a lógica de mercado/ ranqueamento global. Como consequência, ao invés de estimular o fortalecimento de unidades enfraquecidas pela precarização das condições sociais e econômicas historicamente produzidas, o sistema avaliativo termina por fortalecer os mais fortes e enfraquecer as unidades que mais precisariam de atenção.

Esta lógica sistêmica tem como referencia uma avaliação conservadora, punitiva e

controladora, ao invés de uma perspectiva diagnóstica, transformadora e afirmativa a partir da avaliação. Esta última permitiria dar passos adiante, identificando limites e apontando as possíveis prioridades a serem adotadas na gestão. É nesta perspectiva que problematizamos a avaliação em rede das bibliotecas comunitárias, conforme o que se segue.

Iniciamos com uma apresentação da REleitura, apontamos aspectos que nos permitem compreender as redes sociais como comunidades de aprendizagens, numa lógica afirmativa e emancipatória para, em seguida, apresentarmos a experiência de avaliação da REleitura. As considerações que tecemos ao final deste artigo não ambicionam denotar qualquer *modelo* a ser seguido de avaliação em redes sociais, mas procuram contribuir para uma reflexão sistematizada a este respeito, a partir de um estudo de caso.

Bibliotecas Comunitárias: delineamento histórico.

As bibliotecas comunitárias são espaços de leitura que surgem por iniciativa das comunidades e são por elas gerenciados, ou que se voltem para atendê-las e as incluam nos processos de planejamento, acompanhamento e avaliação (REleitura, 2008). São espaços públicos de convivência com manifestações culturais da própria comunidade, que percebem o potencial do conhecimento ali existente, diante da ausência do Estado no que se refere ao acesso aos direitos básicos de cultura, educação e lazer.

O termo biblioteca comunitária, segundo Bastos (2010), surge de uma perspectiva assistencialista em países *desenvolvidos* em que designava a existência de bibliotecas públicas (governamentais) em comunidades periféricas dos centros urbanos, cujo público atendido era formado por desempregados e imigrantes, onde os materiais oferecidos visavam manter o vínculo cultural com seus locais de origem. O autor destaca exemplos em que se desenvolvem ações com imigrantes que não falavam a língua oficial e/ou em condições ilegais no país; de estímulo à leitura para crianças em situação de exclusão e; de extensão para acesso em locais remotos, afirmando que a biblioteca comunitária é uma *extensão do serviço público governamental*.

Desse modo, percebe-se uma relação assimétrica de poder na qual o Estado “instala-se dentro de uma determinada comunidade para beneficiá-la” (BASTOS, 2010, p. 35). Já no Brasil, o termo *biblioteca comunitária* é utilizado para denominar iniciativas de acesso ao livro, à informação, à cultura da leitura e da escrita criada por moradores das comunidades das periferias. Machado (2008, p55) entende que as bibliotecas comunitárias colocam-se *na vanguarda da luta contra a exclusão social*, configurando-se como projetos de *transformação social*:

um projeto social que tem por objetivo, estabelecer-se como uma entidade autônoma, sem vínculo direto com instituições

governamentais, articulada com as instâncias públicas e privadas locais, lideradas por um grupo organizado de pessoas, com o objetivo comum de ampliar o acesso da comunidade à informação, à leitura e ao livro, com vistas a sua emancipação social (MACHADO, 2009, p. 91).

Apesar da falta de um mapeamento preciso das bibliotecas ligadas a práticas de gestão comunitária, em Pernambuco existem catorze bibliotecas comunitárias cadastradas² (BRASIL/SNBP, 2011), que buscam oferecer o acesso à leitura como uma dimensão da qualidade da educação. Segundo CASTRILLÓN (2001,p36), todo país exige bibliotecas que possam ser também espaços onde *crianças, jovens e adultos de todas as condições, leitores e não leitores, escolares e não escolares, encontrem respostas a seus problemas e interesses e lhes sejam abertas novas perspectivas*. Compreendemos, assim, que a biblioteca comunitária é um *espaço de encontro de intersubjetividades*, não se limitando a disponibilizar um acervo, mas se configurando como um *espaço político de fortalecimento da cidadania* dos sujeitos direta ou indiretamente envolvidos.

Essa compreensão implica em uma dinâmica de gestão própria, fundamentada em princípios democráticos tendo como referência prática mecanismos de participação e integração de moradores da comunidade nos processos decisórios, favorecendo a abertura para o diálogo e mobilização. Uma das questões vitais quando se analisa a biblioteca comunitária, é que seu modo de gestão pressupõe um olhar complexo sobre a organização do espaço, do acervo e da mediação de leitura. Sua ação em rede incide na construção de instrumentos e processos avaliativos, cujos modos de relacionamentos experimentados na equipe de profissionais da biblioteca (coordenadores, gestores, mediadores de leitura), constitui-se como um sistema de trocas, como uma *comunidade de aprendizagem*.

Neste sentido é preciso refletir a respeito dos métodos/técnicas de avaliação, levando em consideração a complexidade das interações entre os sujeitos. Uma prática que se desvincula da lógica instrumental, na perspectiva da administração clássica de projetos (educacionais, culturais) e associa-se ao princípio da reciprocidade³ enquanto raiz constitutiva dos processos identitários e sociais.

As redes sociais são dinâmicas autênticas geradas no cotidiano das relações e passam a ser incorporadas posteriormente como estratégias de ação, também utilizadas pelas bibliotecas comunitárias. A discussão teórica sobre redes sociais e sua constituição como comunidades de aprendizagens emerge a partir do próprio processo de identificação enquanto rede, em que

2 Dessas, sete bibliotecas integravam a Releitura em 2011.

3 A reciprocidade corresponde à relação estabelecida entre pessoas por uma seqüência de dons/dádivas. O aspecto essencial é que na reciprocidade, ao contrário dos princípios da redistribuição (Estado) e da equivalência (Mercado) as trocas são indissociáveis das relações humanas (ver POLANYI, 2000).

caminhos espontâneos vão sendo adotados processualmente pelo conjunto, sem necessariamente ter partido da noção de rede, assumindo a ideia/identidade de rede. Então é que ela passa a se preocupar com questões mais globais para a adoção de uma sistemática não apenas de articulação, mas também de *avaliação da articulação*.

A REleitura vem discutindo formas de atuação via interação entre as bibliotecas, mas ainda não desenvolveu a sistematização de um processo avaliativo cuja referência central seja a de *rede* ou *rede social*. O já realizado neste sentido foi uma carta de princípios em que se estabeleceu o conceito de bibliotecas comunitárias e algumas diretrizes que pautam a sua prática político-pedagógica. Este conceito refere-se à percepção da *rede* como um conjunto de “nós” interconectados e orientados pelo compartilhamento de objetivos comuns. Esta noção aponta para processos reconhecidos de aprendizagem que relacionam o *estar em rede* com processos interativos, bem como a dinâmicas de ampliação dos conhecimentos e das práticas (*comunidades de aprendizagem*) (SANTANA; FREITAS, 2011). Vale lembrar que esta dinâmica evidencia também conflitos presentes, ou seja, não se trata de uma visão necessariamente *estável*.

Redes sociais como comunidades de aprendizagem: a avaliação como exercício.

O conceito de redes sociais se ampara em diversos contextos e enfoques no âmbito das ciências sociais. Para fins deste artigo, consideramos o conceito de redes como um *sistema de “nodos” autônomos interligados, articulados com propósitos de promover ações de intercâmbios ou trocas de conhecimento para fins comuns ao coletivo* (MARTELETO, 2001, p72). A mesma autora esclarece que a noção de redes articula-se diretamente à ideia de uma *comunidade não geográfica*. Comunidade enquanto grupo, ou seja, como “um conjunto de participantes autônomos, unindo ideias e recursos em torno de valores e interesses compartilhados”. A mesma compreensão tem Castells (1999, p.01), para quem rede é um conjunto de nós interconectados, locus de valores e interesses compartilhados, cuja articulação implica fortalecimento recíproco entre as partes *permitindo-lhe expandir-se em novas unidades ou manter-se em equilíbrio sustentável. Cada nóculo da rede representa uma unidade e cada fio um canal por onde essas unidades se articulam através de diversos fluxos*.

A noção de redes aponta, contudo, uma visão mais crítica do que pode significar grupo. Schlithler (apud MARTINHO, 2011) faz uma distinção importante entre grupo e agrupamento, destacando que em um agrupamento de pessoas numa fila de ônibus, todas compartilham o mesmo objetivo (tomar o ônibus), mas não se constituem propriamente em um grupo. Isso significa que *compartilhar objetivos é condição necessária, mas não suficiente para construir uma rede*. Para haver ação em rede, conclui, é necessário existir certa comunhão de valores.

Martins (2009, p. 62) percebe o conceito de redes sociais como *uma dinâmica incessante e*

variada de bens circulantes no interior da vida social, ou seja, uma rede social configura-se por meio de práticas compartilhadas e, sobretudo, pelos valores simbólicos implícitos nestas práticas. Por isso, mais importante do que delimitar *indicadores superficiais como os de tamanho e densidade*, como fazem algumas tendências contemporâneas de análise dos fenômenos das redes sociais, é perceber a *complexidade dos sistemas de trocas e de relacionamento* vivenciados no interior das redes.

Do ponto de vista mais estrito desse trabalho, a noção de redes indica a existência de uma determinada *comunidade de aprendizagem*, conceito que surge como projeto de articulação entre escola e comunidade, na década de 1980, valorando o diálogo como um meio e um fim da prática educativa (SOUZA, 2006, p. 21). Mais recentemente, a noção passou a estar associada ao uso das tecnologias de comunicação e informação, por meios digitais (DIAS, 2001) e visa aproximar indivíduos para uma troca de informações e conhecimentos. O fundamental nessas definições é a perspectiva de uma *aprendizagem colaborativa*:

uma comunidade de aprendizagem é uma comunidade humana organizada que constrói um projeto educativo e cultural próprio, para educar a si própria, suas crianças, jovens e adultos, graças a um esforço endógeno, cooperativo e solidário, baseado em um diagnóstico não apenas de suas carências, mas, sobretudo, de suas forças para superar essas carências (TORRES, 2001, p.1).

Segundo Figueiredo (2002), as comunidades de aprendizagens são compostas por quatro dimensões básicas: participação; planejamento de processos comunitários; localidade/globalidade e; identificação/negociabilidade. Essas dimensões coexistem num processo de articulação sinérgica, criando um fluxo de trocas de informação e conhecimento entre sujeitos.

Há, portanto, uma aproximação entre o funcionamento em *rede* e a criação de uma *comunidade de aprendizagem*: quando um coletivo estrutura-se como uma rede social ele acaba por gerar um tipo particular de comunidade, potencializando práticas interativas que geram condições específicas para a comunicação dialógica entre os sujeitos participantes. Assim, quanto maior é o envolvimento/interação dos sujeitos, no interior da rede considerada, maiores são as possibilidades de promoção de práticas desencadeadoras de aprendizagens específicas. Assim também são as possibilidades de conflitos.

Queremos dizer com isso que a noção de rede considera seus conflitos e está para além da ideia de organização, assumindo a noção de *campo de relação*, em que o conjunto das interações entre os sujeitos não se limita ao próprio coletivo, mas inclui o campo em que este coletivo está

inserido. Sobre a noção de campo, Bourdieu (apud ORTIZ, 1994) esclarece que *campo* se define como o espaço de relações objetivas em cujo âmbito dos atores sociais operam crenças, jogos de linguagem, coisas materiais e simbólicas, produtos e normas de produção e consumo desses produtos, encerrando certa autonomia em função dessas mesmas relações. Esta noção contribui para refletirmos a dimensão conflitiva das redes, em que não só se evidenciam elementos que compõem o campo, mas também como um lugar em que há disputa entre os agentes envolvidos.

Assim é possível desmistificar a ideia de unidade e harmonia na organização das redes, de coesão social e estruturalmente ordenada. A construção da identidade coletiva, e esta, em rede, se faz de modo autodeterminado, ou seja, o próprio movimento definirá o que é, em nome de quem se pronuncia, e seu *modus operandi*, a partir do próprio conflito.

Isso significa também que a *autodeterminação remete a uma autoavaliação*, implicando reflexão interna à rede a respeito destes aspectos que lhe são concernentes. Avaliação é uma importante ação de identificação e superação das fragilidades dos sujeitos, das instituições e dos processos que envolvem seu objeto e sua dinâmica própria e confere uma busca pela qualidade de suas ações e sujeitos.

Avaliação em rede é não apenas processual, mas *relacional e formativa*, de múltiplos focos que se correspondem e influenciam, que agem sobre os sujeitos e sua relação com os demais, apoiada no paradigma holístico, construtivista, pautada na inconstância dos laços que se estabelecem, na incerteza das relações. Conforme Furtado (2001) é compreensiva e includente das diferentes construções dos grupos de interesses em torno do que está sendo avaliado.

Finalmente, há uma diferença entre *avaliação da rede* e *avaliação em rede*, pois no primeiro há indicativos de uma institucionalização da rede e, no segundo, ao contrário, passa a ser ela mesma a relação, portanto não institucional, nem instituída. Esta diferença nos conduz a destacar que, dentre as experiências de avaliação que a REleitura apresenta, encontramos uma de caráter institucional realizada a partir “de fora”, ou seja, dos parceiros que apoiam a rede e demandam acompanhar e caracterizar os resultados obtidos a partir dos investimentos feitos e, a outra, de caráter não formal e processual, realizada a partir das demandas internas à própria rede, na perspectiva do autoconhecimento e autocrescimento. Esta segunda é a que nos interessa aprofundar, como faremos a seguir.

REleitura: uma experiência de avaliação em rede

A partir dos aspectos acima levantados, passamos a apresentar a experiência vivida por parte da REleitura em termos da avaliação em rede. Analisamos a atuação das bibliotecas em termos dos projetos de leitura, da organização do acervo e do espaço, da mediação de leitura, o que sintetizamos via análise da *aprendizagem dos coordenadores* sobre coordenação de bibliotecas,

propiciada pela experiência em Rede. Para efeito da apresentação dos dados, denominamos as bibliotecas pela letra B seguida de numeração identificatória e sistematizamos as informações coletadas nos seguintes eixos de análise: espaços coletivos de participação; articulação com os diversos sujeitos; intercâmbio e relações interpessoais.

A experiência de avaliação da REleitura toma como referência conceitual a noção de *espaços coletivos de participação* como sendo aqueles em que a presença de todas as bibliotecas integrantes da rede são sujeitos consultivos e deliberativos, tais como as reuniões de planejamento, monitoramento e avaliação; encontros de formação que tratam de temáticas como estudos e práticas sobre mediação de leitura, gestão do acervo, oficinas de blog, oficinas sobre Estatuto da Criança e do Adolescente, gestão e elaboração de projetos, oficinas de comunicação.

As reuniões de gestão da REleitura foram realizadas quinzenalmente com alternância nas diversas bibliotecas. Apesar da proposta compartilhada de gestão, muitas vezes o coordenador geral era responsável pela formulação da pauta e coordenava a reunião, concentrando certa responsabilidade. Cada representante de biblioteca era estimulado a propor temas para a pauta e discutir no coletivo, um dos quais - coordenador ou mediador de leitura que estava presente - tomava a iniciativa de registrar em ata. Na reunião seguinte, o grupo lia a memória da última reunião, retomava encaminhamentos e dava seguimento a novas propostas, o que as configura como acompanhamento ou *avaliação processual*.

As reuniões de planejamento no início do ano tratavam das ações para o ano todo, incluindo um encontro de avaliação no fim de cada semestre. Estes espaços coletivos contribuíram tanto para a prática do planejamento interno de cada biblioteca, quanto eram momentos de intercâmbio para práticas de mediação de leitura, referências bibliográficas, socialização de informações referentes ao cenário da leitura no Brasil, no Estado e Município, práticas de gestão do acervo. Os coordenadores e mediadores de leitura que participavam das reuniões coletivas eram responsáveis por repassar o que havia sido discutido e definido na reunião para a equipe da biblioteca que representava, prática considerada de efetiva democracia representativa. Esta dinâmica do coletivo é priorizada, não sofrendo interferências da dinâmica individual de cada biblioteca, o que denota valorização do âmbito grupal.

Nos espaços coletivos também é efetivada a qualificação da gestão dos projetos de leitura a partir da interação, momento em que coordenadores se encontravam. Esta conduta levou o grupo à constatação de uma melhoria no modo de gestão de todas as bibliotecas, conforme os exemplos que se seguem. A relação da B1 com a B2 é mais significativa no campo da gestão do projeto de leitura, especialmente no modo como esta amplia sua articulação na comunidade e poder público, de modo a trazer recursos para a realização de eventos. Já a relação entre a B3 e a B4 contribuiu para melhorar a gestão financeira, tendo focalizado a organização de notas fiscais. A B3 e B5

focalizaram a qualificação dos instrumentos de acompanhamento do projeto de leitura.

Portanto, no âmbito espaços coletivos, pudemos confirmar que estar em rede contribuiu para sensibilizar, ampliar e qualificar o processo de gestão das bibliotecas comunitárias. Evidências podem ser vistas tanto nas práticas de gestão de projetos de leitura, mediação de leitura, organização do acervo, espaços de leitura, o que aprofundou o relacionamento entre as bibliotecas na perspectiva da melhoria de cada uma na medida de suas necessidades e a partir das aprendizagens com as mais experientes, ampliando o repertório de livros e leituras, formas de organização e ambiência dos espaços de leitura, para ação dos coordenadores das bibliotecas e dos mediadores de leitura. Estes espaços, portanto, trazem sentido de ampliação das possibilidades de participação e formação política.

Outro aspecto por nós destacado em termos da avaliação em rede foi a *articulação entre as bibliotecas*, o que ocorre seja entre as bibliotecas, seja com a comunidade. Esta articulação ocorre com base nas relações construídas a partir da prática interativa, os laços vão sendo paulatinamente desenvolvidos, ora mais fortes, ora mais fracos, não ocorrendo de forma homogênea. Algumas interagem pouco com as demais, outras têm maior nível de interação e outras, ainda, interagem de maneira pontual e específica com cada uma das parceiras, configurando-se formas diversas de interação.

Uma delas atua como referencia no âmbito da gestão, ao interagir com as demais, estimulando-as a refletirem sobre estratégias de envolvimento de outros sujeitos para a construção de uma rede de sustentabilidade, visando contribuir com as ações das bibliotecas e seu quadro de gestores e mediadores de leitura. Desta forma, esta amplia sua articulação para além da comunidade, buscando recursos junto ao poder público. Outra atua de forma mais incipiente em termos de iniciativa de articulação, restringindo-se a olhar para si mesma, sem demandar apoio das demais. Esta, no entanto, ao invés de procurar parcerias, tem iniciativas interessantes que partilha com as demais exclusivamente nas reuniões coletivas, a exemplo da contribuição para que outras bibliotecas confeccionassem carteirinhas para os usuários, para que pudessem ter mais controle sobre o empréstimo de livros.

A articulação com a comunidade é um princípio para a existência da biblioteca comunitária, segundo que a Carta de Princípios (RELEITURA, 2009) traz como um dos principais desafios o de manter uma articulação efetiva com representantes da comunidade. Apenas uma delas, para além da participação passiva da comunidade, constituiu um conselho consultivo e deliberativo envolvendo responsáveis pelas crianças, usuários e o empresariado local para tratar das questões da biblioteca e demais iniciativas da ONG a qual é vinculada.

As bibliotecas buscam desenvolver mecanismos de envolvimento e participação da comunidade mas, em geral, há efetivamente pouca participação da comunidade nos processos de

gestão das bibliotecas. Em outras palavras, envolver a comunidade nas atividades da biblioteca não implica necessariamente envolvê-la nas questões referentes à sua gestão. Ainda assim, observa-se que os sujeitos da comunidade, em que incluem-se familiares das crianças, adolescentes e jovens que usam a biblioteca, comerciantes e empresários locais, também colaboram com as atividades, seja doando alimentos, materiais de construção, e até mesmo com recursos financeiros o que, de certa maneira contribui para a gestão, como *outra forma de participação*.

Algumas delas estabelecem uma maior aproximação com a comunidade por estarem inseridas fisicamente na própria comunidade em que atuam, o que tem refletido na sensibilização de outras bibliotecas que já pensam em criar estratégias de mobilização e envolvimento, seja na escolha dos livros, organização e limpeza do espaço, no auxílio às atividades de mediação de leitura. A *articulação*, constitui-se, portanto, mecanismo de avaliação em rede, uma vez que implica em parcerias tanto entre as bibliotecas, quanto entre as bibliotecas e a comunidade, de forma a buscar o atendimento de objetivos comuns, gerando crescimento e aprendizagem a partir daí.

Finalmente, as relações interpessoais são percebidas enquanto aspecto integrador da avaliação em rede, uma vez que geram vínculo e passam a ampliar as referências de gestão e de literatura, seguindo, portanto, critério de identificação e associação entre os coordenadores das bibliotecas, o que gera aproximação entre o trabalho e atuação entre as mesmas. Portanto há uma confluência entre as relações pessoais e institucionais, havendo maior aproximação com bibliotecas em que os coordenadores trocam informações entre si, o que inclui diversas formas de contato, não havendo qualquer regularidade nas comunicações entre coordenadores e entre bibliotecas.

Este é, aliás, um dos aspectos apontados pelos coordenadores, que esclarecem que a distância física entre as bibliotecas, limita a realização de intercâmbios em espaços coletivos, onde as relações interpessoais ocorrem, particularmente nos momentos de formação, avaliação, planejamento, reuniões. O coordenador da B6, por exemplo, afirma que “somente nos espaços em que todos nos encontramos é que há diálogos sobre o Acervo, Espaço, Mediação e Gestão”. Sua relação com as demais pessoas e bibliotecas, se dá nos espaços coletivos e eventos.

As relações interpessoais geram vínculos entre sujeitos que agem numa perspectiva coletivista e oscilam entre as diversas forças de lideranças presentes em cada contexto, configurando-se como *nós da rede* que ora são mais firmes, ora mais frouxos.

Considerações finais

Os aspectos acima assinalados denotam as perspectivas de avaliação da rede de bibliotecas, a partir dos quais toda a ação se desenvolve, toda a interação e todo esforço coletivo são empreendidos e que revelam três eixos fundantes da avaliação em rede: comunicação, participação e incidência política e formação.

Neste sentido a REleitura desenvolveu uma prática avaliativa em que exercita o reconhecimento do outro como sujeito influenciador, reciprocamente, na organização e nas aprendizagens acerca dos processos de gestão. Esta toma como referência dimensões como gestão compartilhada, ações de mediação de leitura, organização do acervo e do espaço. O reconhecimento foi considerado o ponto de partida para o início de um processo de avaliação que responde o que o outro influencia na “minha” prática enquanto coordenador de uma biblioteca comunitária, mediador de leitura e articulador na dinâmica de bibliotecas que agem em rede. Este é, a nosso ver, um dos aspectos fundamentais da avaliação em redes sociais, uma vez que a rede se forma a partir do *reconhecimento e identificação recíprocos*.

A interação entre as bibliotecas não é isenta de conflitos: estar em rede não significa uma busca pela homogeneidade entre os sujeitos e bibliotecas, mas uma busca incessante pela coerência e compartilhamento de valores e princípios que orientam concepções políticas e pedagógicas do coletivo. Este processo é da própria natureza das redes sociais, em que as relações não são dadas *a priori*, mas se constituem na medida em que os sujeitos vão se mobilizando e interagindo.

A *avaliação em rede* nos interessa particularmente em consideração ao seu objeto próprio de atuação: não apenas um *sistema*, originariamente *espontâneo e voluntário de ação pública*, mas um trabalho que repercute em *melhoria da qualidade de vida política* da população usuária.

O processo avaliativo da REleitura nos auxilia a compreender que, nesta, diversos aspectos são envolvidos, como espaços coletivos de convivência/conflitos, e atuação/articulação com a comunidade para ampliar laços de formação cidadã e relações interpessoais (reconhecimento pelas semelhanças e diferenças), o que denota iniciativa e liderança. Todos estes aspectos configuram uma estratégia singular a cada rede, não linear, não homogênea, não mensurável ou seja, holística, construtivista, sem receita (FURTADO, 2001).

Queremos reforçar com estes aspectos, um último que, a nosso ver, é imprescindível para qualquer forma de avaliação em rede, qual seja, o ativismo que leva um sujeito ou diversos a se empenharem em relação a um objetivo e torná-lo comum a muitos. *A não-institucionalidade é marca fundante de uma abordagem de avaliação que se pretende social/comunitária*, ultrapassando o domínio do estímulo a leitura e acesso ao conhecimento para atingir a formação política dos sujeitos, uma vez que os mobiliza a participar ativamente dos processos de controle social e exercício pleno de cidadania, o que contribui, inclusive, para sua autoimagem e autoestima, ajudando a definir suas expectativas de desempenho no futuro enquanto cidadãos.

Considerando que a rede é um projeto social com identidade autônoma e finalidade emancipatória, bem como espaço político de fortalecimento da cidadania, a avaliação em rede exige lançar um olhar complexo sobre a organização dos conteúdos que abrange (no caso da REleitura o espaço, o acervo, a mediação de leitura e a gestão). Avaliação então considera o *princípio da*

reciprocidade enquanto raiz constitutiva dos processos identitários e sociais, o que a caracteriza em sua *dimensão relacional*, e não apenas *instrumental*.

Referencias

BASTOS, Gustavo Grandini. *Bibliotecas Comunitárias em Discurso*. Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo. (Trabalho de Conclusão de Curso de Ciências da Informação e Documentação). Ribeirão Preto, 2010.

ORTIZ, Renato (Org). *Pierre Bourdieu*. São Paulo: Ática, 1994. Coleção Sociologia.

Brasil, Fundação Biblioteca Nacional; **Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas (SNBP)**, disponível em: http://sistemas.conectait.com.br:8097/bn/aceso_externo/pesquisar_bibliotecas , acessado em 19 de agosto de 2013.

CASTELLS, Manuel. *A Sociedade em rede*. Trad. Roneide Venancio Majer; atualização para 6ª edição: Jussara Simões. (A era da informação: economia, sociedade e cultura; v.1), São Paulo, Paz e Terra, 1999.

CASTRILLÓN, Silvia. *O direito de ler e de escrever*. São Paulo: Editora Pulo do Gato, 2011. (trad. Marcos Bagno).

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Dicionário Aurélio de Língua Portuguesa*. 4.ed. ver. Ampliada. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.

FERREIRA, Carminda Nogueira de Castro. Biblioteca pública é biblioteca escolar? *Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação*, v. 11, n. 1/2, 1978.

FIGUEIREDO, Antônio Dias de. *Redes e Educação: A Surpreendente Riqueza e um Conceito*. Lisboa. Conselho Nacional de Educação, Redes de Aprendizagens, Redes de conhecimento/ Ministério da Educação: 2002.

FREIRE, Paulo. *Educação como Prática da Liberdade*. Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra, 1996.

_____. *A importância do ato de ler*. São Paulo: Cortez, 2008. 49.ed.

Fundação Getúlio Vargas/ Brasil, Ministério da Cultura; *Censo Nacional de Bibliotecas Públicas Municipais*. 2010. Disponível em: <http://www2.cultura.gov.br/site/wp-content/uploads/2010/05/microsoft-powerpoint-fgv-ap-minc-completa79.pdf>, acesso no dia 13 de agosto de 2013.

FURTADO, Juarez Pereira. Um método construtivista para avaliação em saúde. In: *Ciência & Saúde Coletiva*, Vol. 6, p. 165-181, Rio de Janeiro, 2001. Disponível em: <http://www.scielo.br/cgi-bin/wxis.exe/iah/> Acesso em 20-10-2013.

SNBP/ BRASIL. *Cadastro Nacional de Bibliotecas Públicas*. 2011.<http://www.bn.br/portal/?nu_pagina=128>

MACHADO, Elisa Campos. *Uma discussão acerca do conceito de Biblioteca Comunitária*. Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação, Campinas - SP. 7:1 (jul./dez. 2009) 80-94.

_____. *Bibliotecas comunitárias como prática social no Brasil*. São Paulo: Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo, 2008. [Tese de doutorado].

MILANESI, Luís. *A casa da Invenção*. 4ª Edição. São Paulo: Ed. Ateliê Editorial, 2003.

MARTINHO, Cássio. *Algumas Palavras sobre Rede*. extraído no dia 17.06.2011, em:

<http://www.itcp.usp.br/drupal/node/285>

MARTELETO, Regina Maria. *Redes e capital social: o enfoque da informação para o desenvolvimento local*. *Revista Ciência da Informação*. Brasília, v. 33, n. 3, p.41-49, set./dez. 2004. < <http://www.scielo.br/pdf/ci/v33n3/a06v33n3.pdf> > Acesso em: 14.09.2013.

_____. *Análise de Redes Sociais*. *Revista Ciência da Informação*. Brasília, v. 30, n. 1, p. 71-81, jan./abr. 2001. <<http://www.scielo.br/pdf/ci/v30n1/a09v30n1.pdf>> Acesso em: 14.09.2013.

MELLO, Roseli Rodrigues de. *Comunidades de Aprendizagem: Democratizando Relações entre Escolas e Comunidade*. extraído em 20.06.2009, em:

<http://www.anped.org.br/reunioes/26/trabalhos/roselirodriguesdemello.rtf>.

RELEITURA/Bibliotecas Comunitárias em rede. *O que é uma Biblioteca Comunitária?* disponível em: <http://releiturape.wordpress.com/o-que-e-uma-biblioteca-comunitaria/> , acessado em 13 de agosto de 2013.

_____. *Bibliotecas Comunitárias em rede. Carta de Princípios*. Recife: _____ 2009.

SANTANA, Gabriel Lopes de; FREITAS, Alexandre Siimão de. *Redes Sociais e Comunidades de Aprendizagens: Um Estudo sobre a “Releitura” - Bibliotecas Comunitárias em Rede*. Recife: UFPE/Centro de Educação, 2011.(Trabalho de Conclusão de Curso de Pedagogia).

TORRES, Rosa María. *Comunidade de Aprendizagem: A Educação em função do desenvolvimento local e da aprendizagem* – extraído em 17.06.2011, em: www.fronesis.org.